



EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

PONTOS E CONTRAPONTOS

NÚBIA FLÁVIA OLIVEIRA MENDES
QUEILA PAHIM DA SILVA
SYLVANA KARLA DA SILVA DE LEMOS SANTOS
Organizadoras



Pantanal Editora

2021

Núbia Flávia Oliveira Mendes
Queila Pahim da Silva
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
Organizadoras

EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS
PONTOS E CONTRAPONTO



Pantanal Editora

2021

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome	Instituição
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos	OAB/PB
Profa. Msc. Adriana Flávia Neu	Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
Profa. Dra. Albys Ferrer Dubois	UO (Cuba)
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior	IF SUDESTE MG
Profa. Msc. Aris Verdecia Peña	Facultad de Medicina (Cuba)
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia	ISCM (Cuba)
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva	UFESSPA
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo	UEA
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu	UNEMAT
Prof. Dr. Carlos Nick	UFV
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia	AJES
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos	UFGD
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva	UEMS
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos	IFPA
Prof. Msc. David Chacon Alvarez	UNICENTRO
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira	IFMT
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira	UFMG
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão	URCA
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves	ISEPAM-FAETEC
Prof. Me. Ernane Rosa Martins	IFG
Prof. Dr. Fábio Steiner	UEMS
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza	UFF
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez	(Colômbia)
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles	UNAM (Peru)
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira	IFRR
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto	UCG (México)
Prof. Msc. João Camilo Sevilla	Mun. Rio de Janeiro
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales	UNMSM (Peru)
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski	UFMT
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira	Mun. de Chap. do Sul
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela	IFPR
Prof. Dr. Leandris Argenteal-Martínez	Tec-NM (México)
Profa. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan	Consultório em Santa Maria
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann	UFJF
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior	UEG
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos	FAQ
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla	UNAM (Peru)
Profa. Msc. Mary Jose Almeida Pereira	SEDUC/PA
Profa. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes	IFB
Profa. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira	IFPA
Profa. Dra. Patrícia Maurer	UNIPAMPA
Profa. Msc. Queila Pahim da Silva	IFB
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty	UO (Cuba)
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke	UFMS
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva	UFPI
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo	UEMA
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos	IFB
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca	UFPI
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira	FURG
Profa. Dra. Yilan Fung Boix	UO (Cuba)
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme	UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Esp. Tayronne de Almeida Rodrigues
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação bilíngue de Surdos [livro eletrônico]: pontos e contrapontos/
Organizadoras Núbia Flávia Oliveira Mendes, Queila Pahim da Silva,
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos. – Nova Xavantina, MT: Pantanal
Editora, 2021. 70p.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-88319-78-9

DOI <https://doi.org/10.46420/9786588319789>

1. Educação inclusiva. 2. Surdos – Educação. 3. Surdez. I.Mendes, Núbia
Flávia Oliveira. II. Silva, Queila Pahim da. III.Santos, Sylvana Karla da Silva de
Lemos.

CDD 371.912

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

APRESENTAÇÃO

Mundialmente, os Surdos vêm enfrentando obstáculos para provar que a Língua de Sinais é uma língua e que a melhor modalidade de ensino para eles, é uma educação que coloque em primeiro plano a Língua de Sinais e a sua Cultura. Contudo, a sociedade, em sua grande maioria ouvinte, já tem um discurso pronto para decidir por eles sem compreender suas especificidades linguísticas e culturais.

No Brasil, em pleno século XXI, ainda se questiona qual a melhor educação que se adequa ao ensino para os Surdos, em tempo, a inclusão ou a Educação Bilíngue. Há inúmeras pesquisas que falam sobre os pontos positivos e negativos de ambas as modalidades. Nesse contexto, as políticas públicas vêm dificultando a implementação do sistema educacional voltado aos Surdos nos moldes que eles desejam, isso ocorre porque os parlamentares desconhecem as suas realidades. A questão não se refere ao conhecimento de fato, a sociedade precisa respeitar quem julga ser importante observar, as especificidades educacionais que eles mesmos reivindicam, ou seja, os Surdos decidem por eles mesmo o que consideram ser necessário para eles, afinal, parafraseando Sasaki (2011), nada sobre eles, sem eles.

Dito isso, esta obra, apresenta estudos relacionados ao tema Educação Bilíngue para Surdos, no intuito de informar e instigar a você, caro leitor, sobre a existência deste grupo educacional, os Surdos, e suas especificidades, bem como incentivá-lo a buscar novas fontes, se aprofundar no assunto e desenvolver novas práticas de ensino e convivência com todos os Surdos.

Boa leitura,

As organizadoras

SUMÁRIO

Apresentação	4
Capítulo I	7
Aspectos gerais sobre o bilinguismo de Surdos e a interação cognitiva entre as línguas dos bilíngues	7
Capítulo II	26
Ensino Remoto na educação de estudantes Surdos: estratégias educacionais e desafios tecnológicos	26
Capítulo III	38
Educação Bilíngue de Surdos: um estudo bibliométrico	38
Capítulo IV	48
Mãos que falam: a inclusão de professores Surdos na Educação Superior e no ensino da Libras	48
Capítulo V	57
Ensino remoto e inclusão dos alunos no contexto online: práticas docentes e interação do aluno Surdo	57
Índice Remissivo	70

Ensino remoto e inclusão dos alunos no contexto online: práticas docentes e interação do aluno Surdo

Recebido em: 15/05/2021

Aceito em: 03/06/2021

 10.46420/9786588319789cap5

Flávio Penteadó de Souza^{1*} 

Alana Sara Zimmermann² 

Ana Paula de Souza Pereira³ 

Daniely Gimenes Volpini Rialto⁴ 

Altidas Luiza Guedes⁵ 

Luiz Soares⁶ 

Mariana Santos Oliveira Figueiredo⁷ 

Marta Dutra⁸ 

INTRODUÇÃO

A proposta de educação bilíngue tem por finalidade contribuir para o desenvolvimento do educando Surdo, reconhecendo a Língua de Sinais como primeira língua e mediadora da segunda, a Língua Portuguesa. Fato que favorece o desenvolvimento cognitivo e a ampliação do vocabulário do educando.

Além disso, permite ao aluno Surdo construir uma autoimagem positiva, pois além de utilizar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua natural, vai recorrer à Língua Portuguesa para integrar-se à cultura ouvinte (Quadros, 2003).

Assim sendo, alguns desafios se instalam frente às práticas pedagógicas dos docentes no que se relaciona a inclusão no processo de aprendizagem no período da pandemia.

Em 2020, surgiu a necessidade de isolamento social, o que afetou significativamente a prática escolar. Toda comunidade escolar teve que ficar em suas casas e acompanhar as aulas por meio do ensino remoto. Conseqüentemente, para desenvolver essas aulas o auxílio das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TICs) se tornou indispensável.

Nesse sentido, esta pesquisa teve como objetivos: identificar se os docentes atuam dentro de uma proposta pedagógica inclusiva no atendimento ao Surdo; elencar as práticas pedagógicas no período de

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

² Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

³ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

⁴ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

⁵ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

⁶ Universidade Estadual do Piauí (UESP).

⁷ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT).

⁸ Associação Varzeagrandense de Ensino e Cultura (AVEC).

* Autor correspondente: flavio2020penteadó@gmail.com

pandemia utilizadas pelos professores do ensino regular para atender os alunos sob a perspectiva da educação inclusiva e descrever como se deram as relações dos profissionais no atendimento ao Surdo durante o período de aula remota na cidade de Sinop-Mato Grosso.

Na busca pelo aprofundamento desses objetivos norteadores foi necessária a escuta atenta para a melhor compreensão da realidade vivenciada em duas escolas públicas de ensino fundamental, por meio de uma metodologia qualitativa.

Para isso, direcionamos as seguintes perguntas de pesquisa: Qual é a melhor proposta pedagógica para trabalhar com o aluno Surdo no ensino regular? Quais profissionais que atuam no atendimento do aluno Surdo na sua escola? No período do isolamento social, houve um planejamento estruturado para atender as especificidades do aluno Surdo no ensino regular? Em relação às aulas remotas, enfrentou-se desafios no atendimento dos alunos Surdos? As ferramentas adotadas possibilitaram acessibilidade e autonomia? Como você descreve a participação e interação desses alunos? Houve elaboração de material adaptado para atender a proposta bilíngue de ensino? Como aconteceu a articulação e o planejamento entre os profissionais que trabalham diretamente com o aluno Surdo durante as aulas remotas?

Essa pesquisa teve como suporte e referencial teórico algumas legislações (Brasil, 2002, 2005, 2010) que enfatizam os direitos garantidos e conquistados do Surdo ao longo do tempo, principalmente após o reconhecimento da Libras no país. Bem como as reflexões de Filatro et al. (2018) e Vieira et al. (2020) que explanam a importância do uso de recursos como: imagens de desenhos, fotos e vídeos no processo da aprendizagem do educando. Trazemos também Sardagna et al. (2016) com análises das contribuições da Tecnologia em práticas inclusivas, que resultam na permanência do discente no ambiente educacional, assim como outros teóricos como Quadros (2003), Pereira et al. (2019) .

A priori, consolidamos uma discussão teórica com base na problemática a qual o estudo se ocupa. A seção seguinte refere-se à metodologia utilizada para a produção dos dados, os sujeitos participantes e o contexto da pesquisa. E por fim, na análise são discutidos os elementos presentes nas entrevistas para responder aos objetivos propostos.

PRÁTICAS DOCENTES E AS TICS: O ENSINO AO ALUNO SURDO DURANTE A PANDEMIA

Desde 2020 temos enfrentado a pandemia da Covid-19 (novo coronavírus) que afetou o mundo todo, que ocasionou um isolamento social. Com isso, a educação teve a difícil missão de se adaptar rapidamente e encontrar alternativas para continuar com o processo educativo de forma lúdica e interativa. A partir dessa realidade, pensando em garantir os direitos de todos à educação o ensino mediado por meio das tecnologias se transformou em uma opção.

A execução das aulas de forma remota gerou discussão e desafio entre os professores, principalmente quando o assunto é inclusão. Este se torna maior, ainda, quando envolve uma outra modalidade de comunicação, como é o caso das pessoas Surdas.

Para enfatizar a educação de Surdos no Brasil, ressaltamos que estes possuem direitos como qualquer outro cidadão. Quanto à legislação, podemos mencionar algumas leis e decreto principais, como:

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005: Regulamenta a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Libras e o Art. 18º da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que determina formação de profissionais intérpretes de escrita em braille, língua de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010: Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Libras.

A Lei nº 10.436 reconhece a Libras como meio legal de expressão e comunicação da Comunidade Surda, sendo assim, indispensável para a inclusão social dos Surdos (BRASIL, 2002). Diante desse contexto, são definidas as diferentes identidades deste sujeito e fica evidenciado que o Surdo é usuário de uma língua diferenciada que lhe propicia o acesso aos conhecimentos, como qualquer outra língua. Assim, trataremos de algumas reflexões e adaptações sobre o processo de ensino e aprendizagem do aluno Surdo diante do ensino remoto.

Na tentativa de se estabelecer um “novo normal” na educação, após o fechamento das escolas, os professores precisaram remodelar suas práticas de ensino. Nesse novo processo foi necessário o uso e conhecimento de diversas plataformas digitais, como, *Google Meet*, *Zoom*, *Classroom*, *Google Drive*, *Canva*, *Google Forms*, *Google Docs*, entre outras.

Levando em consideração as necessidades dos alunos Surdos, buscaram-se alternativas para o atendimento educacional deste público, visando possibilitar a manutenção e o acesso ao conhecimento escolar. Para isso, o professor deve procurar tecnologias e métodos com recursos visuais, além da adaptação em Libras. Vale lembrar que é de suma importância a contribuição do profissional tradutor e intérprete como mediador na comunicação, traduzindo e interpretando as aulas e auxiliando nas adaptações das atividades.

Para Filatro e Cavalcanti (2018, *apud* Vieira; Souza, 2020) “as imagens podem ser usadas com diferentes funções, dentre elas, para descrever objetos, cenários e personagens, para narrar uma ação ou história, ou ainda para dissertar sobre uma ideia”.

As autoras Filatro et al. (2018) destacam o uso das imagens como um recurso valioso para o professor. Pode-se citar como exemplos de linguagem visual: os desenhos, as fotos e os vídeos, os quais podem auxiliar na compreensão do conteúdo tanto nas aulas remotas como nas presenciais. Sendo a linguagem visual muito rica através das cores, linhas, volumes e formas que exercem uma função de atração imediata.

Este novo panorama proporcionou, além de reflexões sobre as práticas pedagógicas, a atenção acerca das condições de acesso às ferramentas tecnológicas utilizadas. Vale ressaltar que a maioria destas, precisam que o estudante esteja conectado à internet, como os aplicativos que usam chamadas de vídeo

e mensagens em grupo- *WhatsApp*. Enfatizamos que essas novas e adaptadas formas de ensino aumentam, ainda mais, a responsabilidade em garantir um ensino de qualidade para todos na perspectiva inclusiva.

Levando em consideração o estudante com surdez, o método utilizado, enunciados sinalizados em Libras ou escritos em Língua Portuguesa pode influenciar no processo do entendimento. Também, a falta de fluência da Língua de Sinais pelo educador ou pelo estudante prejudica o processo.

A tecnologia assistiva pode ser considerada uma ferramenta de apoio ao processo de ensino e aprendizagem para promover a interação e inclusão dos estudantes. Mas, infelizmente, diversas vezes, o que ocorre é que essa ferramenta não é utilizada de forma adequada.

Em algumas situações, o educador apenas explica o conteúdo e o estudante sozinho desenvolve as atividades sem ter assimilado por completo. É importante frisar que tanto no ensino de uma língua, quanto na própria interação entre professor-aluno e aluno-professor, sempre há o locutor e o interlocutor. Esse locutor precisa ter a ciência do objetivo a ser alcançado naquele momento com o interlocutor, necessitando gerar inúmeras interações de acordo com as competências e habilidades de cada um.

O ensino remoto para Surdos não é fácil, já que estes educandos aprendem pela forma sinestésica, por repetição, interação, escrita e reescrita. Se na modalidade presencial já era uma tarefa desafiadora, à distância as barreiras são maiores. Sabe-se que as tecnologias oferecem variados benefícios que ampliam as possibilidades e proporcionam um melhor desempenho ao aluno, bem como contribuem com sua permanência no ambiente educacional. (Sardagna et al., 2016).

Em decorrência do período pandêmico os professores se depararam com tecnologias que, apesar de já existirem, não faziam parte da sua prática pedagógica. A utilização de tais recursos podem minimizar barreiras e promover a inclusão escolar e digital de pessoas com necessidades educacionais específicas, além de estimular a divulgação da Libras.

É importante destacar que para ocorrerem práticas satisfatórias de ensino e aprendizagem é fundamental o envolvimento de todos partícipes da comunidade escolar, sobretudo, na execução de ações para diminuir as barreiras na comunicação, principalmente no ambiente familiar. O planejamento de atividades voltadas para os Surdos requer estratégias diferenciadas que considerem todos os recursos para oportunizar sua compreensão, como a dramatização e os materiais visuais (imagens e vídeos).

Sendo assim, para contribuir com a elaboração de um planejamento satisfatório, garantindo a inclusão e proporcionando a interação *online* ou presencial dos estudantes Surdos, a figura do tradutor e intérprete é indispensável. Por isso, cabe aos professores envolvê-lo, antecipadamente, com os conteúdos de suas aulas, para juntos buscarem as melhores estratégias possíveis para a execução do planejamento.

Vale salientar que, antes de qualquer prática, deve-se observar a realidade que o estudante está inserido para elaborar estratégias que melhor se adaptam às condições destes.

A IMPORTÂNCIA DO TRADUTOR E INTÉRPRETE DE LIBRAS (TILS)

A escola se caracteriza como um espaço educacional formativo e este deve ser acessível a todos os estudantes, sendo eles com deficiência ou não, assim como deve-se respeitar a cultura, a identidade e os costumes sociais de cada estudante.

Quando tratamos a respeito da presença da criança surda no ambiente escolar se faz primordial conhecermos de fato os processos que constituem a inclusão, assim como o acesso e permanência destas crianças nas instituições de ensino.

Um dos principais agentes que constitui esse ambiente formativo e que favorece a aprendizagem da criança surda é o Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (doravante TILS). Todavia, precisamos ter em mente qual a função desse profissional que atua no atendimento dos sujeitos Surdos (Lacerda, 2017). Dessa maneira, trazemos Sousa (2015) que discorre:

Assim, torna-se cada vez mais importante compreender o papel do intérprete de LIBRAS, pois seu trabalho está relacionado com a interação comunicativa social e cultural para a inserção das pessoas com surdez na sociedade. Sabe-se que o reconhecimento da Libras como sistema linguístico é muito recente e o papel do intérprete ainda precisa ser compreendido nesse contexto.

Em sala, a criança surda é acompanhada por um TILS, profissional que teve toda uma formação técnica voltada para promover a comunicação entre os Surdos e ouvintes: traduzindo e interpretando. O auxílio do intérprete é assegurado pela Lei 12.319 de 1º de setembro de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2010).

Art. 4o A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - Cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - Cursos de extensão universitária;

III - Cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação (BRASIL, 2010).

A aprendizagem da criança surda deve ser desenvolvida em colaboração entre os principais agentes envolvidos nesse processo (professor, intérprete, família, a instituição de ensino) sendo estes pilares fundamentais para seu desenvolvimento. “A escola deve ser responsável, juntamente com a família, pela preparação da criança surda para a vida em sociedade, oferecendo-lhe condições um código de comunicação”, que permita seu ingresso na realidade sociocultural, com efetiva participação na sociedade.

A importância do papel do tradutor e intérprete de Libras, não partindo da ideia de que o TILS é o único fator necessário para a aprendizagem da criança no contexto bilíngue (Sousa, 2015).

A postura do intérprete de libras precisa ser diferenciada para atender às necessidades do aluno Surdo. O intérprete de libras deve atuar em sala de aula com o intuito de contribuir para que o processo de ensino-aprendizagem aconteça da maneira mais efetiva possível. Ainda que seja exaustivo, deve respeitar o ritmo do aluno e auxiliar o professor regente com informações e direcionamentos de como poderá realizar adaptações metodológicas (Lacerda, 2017).

O trabalho do TILS exige muitos esforços, caracterizando-se com uma atividade que precisa de muita concentração, empenho e dedicação. O TILS precisa estar atento aos conteúdos das aulas e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos docentes.

Nessa situação, exige-se do profissional horas de estudo diário e, em outros momentos, uma formação continuada voltada a fins específicos educacionais que vão desde a forma de como se portar em sala de aula e estabelecer a comunicação com a criança surda até a aquisição de novos sinais e estudo de sinalários específicos para as disciplinas. Em relação ao desenvolvimento profissional do TILS, Silva (2016) afirma que:

[...] depende da atuação positiva dos governos, autoridades, no que concerne não apenas em estabelecer serviços de interpretação suficientes para atender à demanda, como também devem ainda regular a profissão e proporcionar oferta de formação de qualidade para os TILS.

A função do TILS vai além de estabelecer a comunicação entre os docentes ouvintes com as crianças Surdas, ele atua como mediador em todos os processos educacionais da criança e dá significado às suas vivências e ajuda-os a se inserir no meio social.

PERCURSO METODOLÓGICO

Uma investigação qualitativa norteou a presente pesquisa, já que focamos em compreender a totalidade do objeto de estudo, mais do que conceitos específicos, capturando a perspectiva do profissional em suas próprias palavras. As entrevistas foram gravadas em áudio e transcritas preservando o sigilo e anonimato dos participantes.

Dada a problemática da pesquisa e seus objetivos, a abordagem qualitativa nos permitiu organizar os dados sociais preservando o caráter unitário do objeto social estudado, na qual o pesquisador descreve, com precisão, os fatos e fenômenos de uma determinada realidade (Bogdan et al., 2006).

Participaram da pesquisa três professores pedagogos, um professor de Língua Portuguesa e dois intérpretes de Libras que atuam em turmas regulares durante o período de aulas não presenciais. Desses, as quatro professoras são do sexo feminino e os dois intérpretes são do sexo masculino.

Os profissionais entrevistados têm experiência de trabalho com alunos Surdos em salas regulares em torno de 1 a 5 anos de atuação e todas as professoras são efetivas, duas da rede municipal e duas da rede estadual de ensino de Sinop.

Quanto aos intérpretes de Libras, estes são contratados por intermédio de uma empresa terceirizada para atuarem na rede municipal, faz-se necessário destacar que nesse período não houve designação do profissional tradutor intérprete nas escolas da rede estadual.

Para a realização da pesquisa, optou-se por investigar duas escolas, uma da rede municipal que atende três alunos Surdos, dois no 2º ano e uma no 3º ano do Ensino Fundamental, e uma escola da rede estadual que atende dois alunos Surdos do 9º ano do Ensino Fundamental.

Em atenção aos preceitos de ética na pesquisa, os participantes serão designados por nomes fictícios de Rafael, João, Larissa, Débora, Carla e Aline, escolhidos para preservar a identidade dos profissionais.

Quadro 1. Perfil dos participantes. Fonte: os autores (2021).

PERFIL DOS PARTICIPANTES			
Identificação	Formação	Tempo de Atuação	Área de atuação
Aline	Pedagogia, especialização em Educação Inclusiva	4 anos	Atende alunos do 2º ano
Carla	Pedagogia, Psicopedagogia Clínica e Educação Inclusiva / Curso Básico em Libras	3 anos	Atende alunos do 3º ano
Débora	Pedagogia, Licenciatura em Educação Especial e Especialização em Psicopedagogia / Curso Básico de Libras	3 anos	Atende alunos do 9º ano
João	Pedagogia, Especialização em Educação Inclusiva / Cursos de formação continuada na área de Atendimento Educacional Especializado	5 anos	Atende alunos do 9º ano
Larissa	Letras, Mestre em Letras / Curso Básico de Libras	1 ano	Atende alunos do 9º ano
Rafael	Pedagogia, Especialização em Gestão Escolar	3 anos	Atende alunos do 2º ano

Na sequência, para construção da pesquisa, os materiais utilizados para a coleta de dados foram as entrevistas com os professores e tradutores e intérpretes de Libras de forma *online* via plataforma *Google Meet* para caracterização da realidade durante o período de atendimento remoto. Também foram feitas pesquisas bibliográficas e consulta a documentos oficiais que instituíram as normativas para o atendimento no período de isolamento social.

Para a sistematização do conteúdo das entrevistas, houve a transcrição desse material, a leitura e a releitura, para assim elencar as consonâncias com o objeto do estudo por meio da reflexão. Para Bauer et al. (2003), é preciso encontrar padrões e conexões para elaborar um referencial mais amplo, que não se baseie apenas no simples detalhamento de dados.

Com o objetivo de compreender os sentidos e reflexões, em seguida, foi realizada a escrita das análises, “o que é realmente falado constitui os dados, mas a análise deve ir além da aceitação deste valor aparente” (Bauer et al., 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste momento, apresentam-se as análises desenvolvidas a partir da coleta de dados. Em consonância com o referencial teórico discutido no texto, foram organizadas as categorias de análises em dois momentos. Primeiramente, “As práticas pedagógicas nas aulas remotas utilizadas no atendimento do aluno Surdo” e, em seguida, a discussão se encerra com o tópico denominado: “As implicações do uso das tecnologias na perspectiva do Ensino Bilíngue no período de aulas remotas”.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS AULAS REMOTAS UTILIZADAS NO ATENDIMENTO DO ALUNO SURDO

Iniciamos as análises objetivando responder como aconteceram as práticas pedagógicas envolvendo os professores e os intérpretes no período da pandemia, em que o atendimento foi viabilizado de forma remota. Sob essa perspectiva, as respostas dos participantes abordaram as situações de suas realidades presentes nesse novo contexto de ensino.

Em relação aos profissionais que atuaram com os alunos Surdos, encontramos diferentes realidades quando comparamos a rede municipal e a rede estadual. Foi constatado que durante o período de aulas remotas, nas escolas municipais, o profissional intérprete continuou atuando junto ao professor pedagogo no ensino regular. No entanto, nas escolas da rede estadual não houve uma política de disponibilização do tradutor intérprete para esse atendimento remoto para o aluno Surdo.

Sobre essa situação, em uma pesquisa desenvolvida por Pereira et al. (2019), notou-se que a contratação dos intérpretes sempre enfrenta muitas barreiras para ser efetivada. Nessa via, elencamos a questão burocrática que perpassa, nos dias atuais, pelo contexto caótico da pandemia. Soma-se a isso, a falta de profissionais na área com atesto/ Certificação de proficiência na região. Nesses entraves, os alunos Surdos e os professores ficam desassistidos, o que leva a uma in/exclusão escolar. Nessa via, Veiga-Neto et al. (2011) afirmam que:

Grafar in/exclusão aponta para o fato de que as atuais formas de inclusão e de exclusão caracterizam um modo contemporâneo de operação que não opõe a inclusão à exclusão, mas as articulam de tal forma que uma só opera na relação com a outra e por meio do sujeito, de sua subjetividade.

Em vista dessa lacuna, para evidenciar o conhecimento dos profissionais acerca da proposta inclusiva de ensino para os alunos Surdos, foi investigada a compreensão que esses professores têm a respeito da metodologia que atende às especificidades dos alunos de forma adequada.

Nesse viés, na rede municipal, percebemos que há uma relevante organização do planejamento, no qual professor e o tradutor e intérprete discutem e colaboram na construção da proposta na perspectiva inclusiva. Enquanto na rede estadual, constatamos que, além de não ter o profissional, os professores não tinham estratégias que contemplassem a metodologia inclusiva de ensino, como também relataram não ter conhecimento específico na área.

Nessa perspectiva, cabe a seguinte pergunta: Como esse professor tem sido formado para atender esses alunos? Como pesquisadores da área, notamos que apesar da proposta bilíngue ser discutida nos

documentos oficiais como premissa para uma inclusão, visualizamos que há inúmeras lacunas a serem refletidas na escola regular.

Se analisarmos o contexto formativo do professor de escola regular, veremos que, na maioria das vezes, o único contato que tiveram com a Libras foi durante a universidade em disciplinas de 40 a 60 horas, que apesar de serem fundamentais para o pontapé inicial, não os preparam para a multiplicidade cultural da Comunidade Surda.

Pensando nessas dificuldades, “[...] outro desafio para o educador é o conteúdo a ser ministrado. Deste modo, a programação curricular necessita ser adaptada para as particularidades do discente Surdo - que sempre são atreladas ao acesso da língua” (Pereira et al., 2019).

Trilhando esse caminho para compreendermos as práticas pedagógicas, voltamos nosso olhar para a rotina das aulas que aconteceu de forma assíncrona nas duas redes. Como na rede estadual não houve a presença do tradutor e intérprete de Língua de Sinais, as professoras relataram as suas dificuldades e angústias durante as aulas remotas.

Tive dificuldades quanto à realização das aulas remotas. Acho que precisaríamos de uma formação que contemplasse as estratégias de ensino para alunos Surdos. E nessas aulas remotas, a dificuldade aumentou, pois não tive o apoio do intérprete de Libras. Desta forma, o aluno saiu prejudicado e por muitas vezes impossibilitado de acompanhar as aulas e a realização das atividades que eram enviadas semanalmente. (João, professor da rede estadual de ensino).

Já a realidade da escola municipal mostrou um cenário diferente, evidenciando uma nova organização de trabalho que demandou o planejamento e a articulação entre os profissionais docentes e intérpretes. Pois, os professores faziam as gravações das aulas em Língua Portuguesa e encaminhavam para os intérpretes fazerem a tradução e complementação de alguns recursos de imagem, o que na fala deles, era essencial para a melhor compreensão dos alunos. Visualizamos essa situação a seguir:

No município tive o apoio dos profissionais que participam do processo de ensino-aprendizagem dos alunos Surdos. As aulas eram traduzidas para a língua de sinais, os materiais eram adaptados, conforme as especificidades do aluno. Isso garantia o bom aproveitamento do aluno Surdo e, conseqüentemente, contribuía para a continuidade do trabalho desenvolvido pelo professor da sala regular. (Carla, professora da rede municipal).

Os profissionais relataram que o planejamento teve que ser absolutamente readaptado para a nova realidade com o ensino remoto na perspectiva inclusiva, já que eles no ensino presencial entendem, conforme relato da professora Aline, que “as práticas devem utilizar o material concreto como um facilitador da aprendizagem dos alunos Surdos, funcionando como ferramentas na solução as dificuldades”.

Nesse sentido, o currículo deveria estar organizado partindo de uma perspectiva visual-espacial para garantir o acesso a todos os conteúdos escolares na própria língua da criança, pois a língua oficial da escola precisaria ser, desde o princípio, a língua de sinais brasileira (Quadros, 2003).

No entanto, no âmbito das realidades pesquisadas, com o distanciamento social e levando em consideração a idade dos alunos, as práticas pedagógicas na perspectiva inclusiva, foram caracterizadas pelos professores como consideravelmente prejudicada, conforme destaca a professora Carla.

No ensino dos alunos Surdos fazia parte da minha rotina a adaptação dos materiais impressos e utilização de objetos concretos, mas com o ensino remoto, não consigo realizar de forma eficiente a exploração dos conteúdos, pois não tenho interação direta com os alunos, visto que as aulas são gravadas e o intérprete que faz a tradução do material, e eu não tenho fluência em Libras para conversar diretamente com o aluno.

Quando abordamos a questão da interação e participação dos alunos Surdos nas aulas remotas, percebemos nas falas dos profissionais que não houve essa interação. Destacamos que na rede municipal, devido ter a presença do intérprete, os conteúdos foram disponibilizados com acessibilidade para os alunos. No entanto, não existiram momentos síncronos para a troca de conhecimento e socialização, aspecto que, na fala das professoras, atrapalhou suas práticas pedagógicas.

Já na rede estadual, a situação se mostrou mais complexa, conforme relato da professora Larissa:

Muito difícil, em sala, não há uma interação... online fica distante, no meu caso, a participação foi quase nula. Uma vez que meu aluno não conhece muito a Língua Portuguesa em seus aspectos estruturais. Então, como ensinar sem o auxílio de um intérprete?"

Dentre as narrativas percebe-se as dificuldades vivenciadas pelos profissionais que atuam na sala regular diretamente com alunos Surdos, em meio a todas as instabilidades geradas pelas aulas remotas, ainda precisamos levar em consideração as carências de direcionamentos voltados ao atendimento não presencial aos alunos Surdos.

A fala da professora Larissa nos aponta para um caminho, além do já evidenciado no parágrafo anterior, que é o ensino de outra língua para o Surdo. Lembrando que o aluno Surdo tem como primeira língua a Libras e como segunda, a Língua Portuguesa (Skliar, 1999)

Mas, quando vamos para um contexto de ensino de regras formais da segunda língua devemos nos atentar para a importância de ensinar a partir da língua materna do Surdo. Porém, como não há tradutor e intérprete e nem a professora sabe a Libras, esse caminho se torna muito difícil, além de ser ampliado pela falta de interação ocasionada pela situação pandêmica e o isolamento social. “Ao se falar de implicações linguísticas para os Surdos, está-se voltando para a questão das línguas, uma vez que a educação de Surdos sempre envolveu o reconhecimento ou não da língua de sinais, a língua das pessoas Surdas.” (Quadros, 2003)

Diante do explanado, atribui-se a esse professor, a difícil organização de estratégias pedagógicas com o objetivo de “oferecer aos alunos acompanhados neste serviço aquilo que é específico às suas necessidades educacionais, auxiliando-os na superação das limitações” (Giroto et al., 2012).

AS IMPLICÂNCIAS DO USO DAS TECNOLOGIAS NA PERSPECTIVA DO ENSINO BILÍNGUE NO PERÍODO DE AULAS REMOTAS

Em relação aos recursos tecnológicos utilizados no período de ensino remoto, os seis profissionais relataram usar o aparelho celular para a comunicação e elaboração das aulas, e três relataram utilizar o notebook para formatar os vídeos, como podemos ilustrar abaixo:

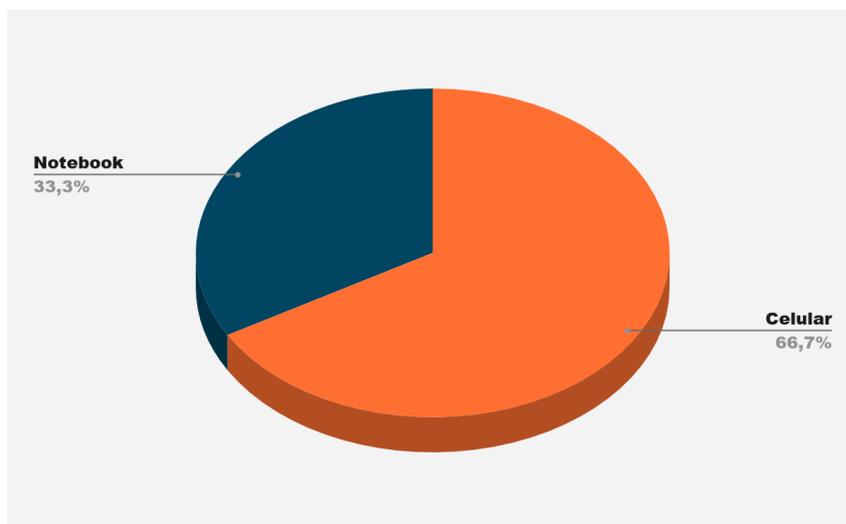


Gráfico 1. Ilustração sobre o uso do recurso tecnológico mais utilizado pelos entrevistados. Fonte: os autores (2021).

Averiguamos que, durante a pandemia, o professor se reinventou. A tecnologia, apesar de ativa em nossa vida, era utilizada mais como meio de pesquisa e apoio para os trabalhos burocráticos. No entanto, no atual momento, essas ferramentas se tornaram indispensáveis para a continuação das aulas para os discentes.

No caso dos alunos Surdos, o uso da tecnologia permite ampliar o entendimento a partir dos meios multissemióticos das interfaces digitais. Soma-se a isso a proposta da tecnologia como facilitadora da autonomia. “Fica evidente a necessidade de produzir Tecnologia Assistiva para apoio à inclusão escolar e social com foco na autonomia e independência, visando à qualidade de vida das pessoas com deficiência” (Sardagna et al., 2016).

A necessidade de aprender a explorar a potencialidade do uso das tecnologias ficou clara nos relatos e os profissionais ressaltaram que foi necessário buscar vídeos no *Youtube* para fazer edição nos vídeos. Além do *Youtube*, os professores mencionaram o uso do aplicativo de *WhatsApp* para a comunicação com os discentes, envio de vídeos e afins.

Sobre esse prisma, temos o reconhecimento das tecnologias para propiciar a inclusão do aluno Surdo, que se efetiva por meio da língua significativa e pelo uso das imagens. “Essa maneira, é imprescindível, uma vez que o Surdo tem o módulo interacional visual-espacial, sob esse aspecto, tudo que for visual será melhor apreendido.” (Pereira et al., 2019).

Nos relatos das entrevistas, os profissionais mencionaram que não foi viabilizado nenhum tipo de suporte tecnológico ou de acesso à internet, e que para realizar a gravação, edição e postagem das aulas, cada um utilizou de recursos próprios.

Ficou evidente nas falas que os profissionais tiveram que investir com a compra de equipamentos e pacote de dados de internet, como compreendido na fala da professora Aline: “tive que comprar um celular com câmera de boa resolução e cartão de memória para armazenar os vídeos”.

Essa realidade apresentada nos remete à reflexão trazida por Bittecourt e Albino (2017), quando se referem aos desafios que as instituições de ensino enfrentam atualmente é a ausência de conhecimento e habilidade no uso das tecnologias digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar em inclusão e em práticas bilíngues em contexto de pandemia se mostrou bem desafiador para os professores da rede regular de ensino. Essas dificuldades se intensificam quando falamos dos alunos Surdos, visto que no processo inclusivo presencial já enfrentam barreiras quanto a falta de conteúdo adaptado e a contratação imediata do intérprete.

O percurso dessa pesquisa nos possibilitou, enquanto professores pesquisadores e intérpretes, repensar sobre as nossas práticas mediadoras com os alunos. Pois, a in/exclusão destes se sobressaiu em muitas falas.

Convém compreender que ninguém estava preparado para o panorama atual, no entanto, visualizamos o quanto precisamos, enquanto escola e sociedade, refletir que a formação do professor para trabalhar com os alunos Surdos é fundamental. Nisso, devemos colocar à frente que professor e o tradutor intérprete não possibilitam a inclusão sozinhos e que a esfera social necessita promover a inclusão não só na escola, mas em todos os setores.

Em suma, supomos, com base na pesquisa, que as práticas adotadas pelos professores e o uso da tecnologia estão possibilitando a interação do aluno Surdo na escola. Porém, tanto na perspectiva inclusiva como o todo o processo educacional durante a pandemia, há inúmeras lacunas que evidenciam a falta de aplicação das políticas públicas advindas de anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bauer M et al. (2003). Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes.
- Bittencourt PAS et al. (2017). O uso das tecnologias digitais na educação do século XXI. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, 12(1): 205-214.
- Bogdan RC et al. (2006). Investigação Qualitativa em Educação. Porto, Portugal: Porto Editora.
- BRASIL (2002). Lei 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília.
- BRASIL (2005). Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.
- BRASIL (2010). Lei nº 12.319 de 1 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília: Congresso Nacional.
- Brito LF (1993). Integração Social e educação de Surdos. Rio de Janeiro: Babel.
- Filatro A et al. (2018). Metodologias Inovativas na educação presencial, a distância e corporativa. 1 ed. São Paulo: Saraiva Educação.

- Giroto CRM et al. (2012). Educação especial, formação de professores e o uso das tecnologias de informação e comunicação: a construção de práticas pedagógicas inclusiva. In: Giroto CRM et al. (Org.). As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Lacerda CBF et al. (2017). Intérprete de LIBRAS: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação.
- Pereira APS et al. (2019). A inclusão e o ensino dos acadêmicos Surdos no curso de Letras da Universidade do Estado de Mato Grosso. Igarapé, 12(2): 29-51.
- Quadros R (1997). Muller de. Educação de Surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Quadros R (2003). Situando as diferenças implicadas na educação de Surdos: inclusão/exclusão. Ponto de Vista, 5: 81-111.
- Sardagna HV et al. (2016). Atendimento educacional especializado e as demandas de tecnologia assistiva nas práticas inclusivas brasileiras. eknos Revista Científica, 16(2): 95-101.
- Silva VS (2016). A Legislação E A Formação Do Tradutor Intérprete De Língua Brasileira De Sinais/Língua Portuguesa Para Atuação No Ensino Superior: Avanços Ou Retrocessos? 9º fórum permanente de inovação educacional - Educação da Universidade Tiradentes, Aracajú.
- Sousa V (2015). A Importância Do Papel Do Intérprete De Libras No Processo De Aprendizagem Do Aluno Surdo Em Sala De Aula Nas Escolas De Ensino Comuns. Cadernos da Fucamp, 14(20).
- Veiga-Neto A et al. (2011). Inclusão, exclusão, in/exclusão. Revista Verve, 20: 121-135.
- Vieira AA et al. (2020). A utilização das tecnologias assistivas para alunos Surdos em tempos de pandemia: um estudo introdutório. Dossiê – Educação Brasileira E A Ead No Contexto Da Pandemia De Covid-19: Perspectivas e Desafios. 16(1).

ÍNDICE REMISSIVO

B

bibliometria, 40, 41
 bilinguismo, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 40
 bilinguismo de Surdos, 7, 13

C

coativação linguística, 18, 19, 20
code-blending, 13, 18, 19
code-switching, 13, 18

E

educação de Surdos, 7, 8, 9, 10, 16, 27, 34, 38, 44
 Educação Superior, 48, 49, 51, 52, 54, 55, 56
 ensino, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 24, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69
 ensino híbrido, 34

I

inclusão, 16, 27, 30, 31, 35, 36, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 67, 68, 69
 influência translinguística, 10, 11, 20, 22
 isolamento social, 31, 57, 58, 63, 66

L

letramento digital, 31, 34, 35
 Libras, 7, 8, 9, 13, 15, 16, 19, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 38, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 68, 69

M

multiletramentos, 27, 29, 34, 35

P

pandemia utilizadas pelos professores do ensino regular para atender os alunos sob a perspectiva da, 58
 pedagogia visual, 28, 34
 professores Surdos, 8, 16

R

remoto, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 57, 59, 60, 63, 64, 65, 66

S

Scopus, 39, 40, 41, 42, 44
 Surdo, 8, 13, 15, 17, 26, 27, 31, 38, 39, 44, 45, 46, 57, 58, 59, 65, 66, 67, 68, 69



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000

Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil

Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)

<https://www.editorapantanal.com.br>

contato@editorapantanal.com.br

